

O PAPEL DOS GESTORES NA REESTRUTURAÇÃO DA ESFERA PRODUTIVA E SEUS IMPACTOS NA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Maria Vieira Silva*

RESUMO: Este trabalho tem como preocupação básica explicitar a formação e a atuação da classe dos gestores no desenvolvimento do modo de produção capitalista sob a ótica de João Bernardo. O artigo aborda ainda alguns mecanismos de funcionamento do capital, como a dinâmica cíclica da mais-valia relativa; o movimento em cadeia das Condições Gerais de Produção e a constituição do Estado Amplo e o Estado Restrito, tendo como enfoque básico a intervenção dos gestores.

ABSTRACT: The basic aim of this paper is to make clear the formation and performance of the managing class in the development of the capitalist mode of production, as viewed by João Bernardo. The paper deals also with some mechanisms that set the capital into functioning, such as the cyclic dynamics of the relative plus value; the cyclic movement of the *General Conditions of Production*, the constitution of the wide state and the restricted state, considering the intervention of the managers as its basic focus.

Comumente se afirma que o processo de mundialização da economia coloca o Brasil numa nova dinâmica concorrencial onde faz-se necessária uma reestruturação da esfera produtiva para melhorar o produto final, alcançando a competitividade em relação ao produto externo.

A nova dinâmica concorrencial impõe pelo menos três fatores responsáveis pela excelência do produto, a produtividade e a lucratividade no "front" da guerra intercapitalista, são elas:

- 1 – Mudança nos padrões de gestão;
- 2 – Inovações tecnológicas;
- 3 – Melhor qualificação do trabalhador.

Nas interfaces destas exigências está sendo produzido ainda um novo perfil de trabalhador no campo simbólico a partir de uma imagem socialmente

* Professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

desejável a partir da intervenção dos gestores. Assim, junto com as mudanças provocadas em parte pela globalização da economia e em parte pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, volta à cena com um novo enfoque a velha discussão da relação entre educação e trabalho.

É comum no discurso do empresariado, do governo e mesmo dos profissionais da educação a afirmação de que as habilidades exigidas do trabalhador durante o período pós-Fordista são completamente diferentes das habilidades exigidas pelo novo contexto globalizado. Nesta direção, além de os departamentos de Recursos Humanos investirem no “treinamento” de seus funcionários, requer-se da escola também esta função, ou seja, a escola terá que se reorganizar para satisfazer as exigências da demanda do setor produtivo. Dentre uma lista exaustiva de habilidades sugeridas pelas empresas para a escola desenvolver, selecionamos as seguintes:

a – Capacidade de leitura e compreensão de textos, formulários, painéis eletrônicos etc.;

b – capacidade de redigir comunicados, documentos e relatórios;

c – capacidade de falar e de se comunicar com seus superiores, colegas e subordinados;

d – capacidade para trabalhar em computação, interpretar números, fazer medições etc.;

e – habilidade para entender, organizar e analisar problemas quantitativos;

f – capacidade de identificar e definir problemas, formular alternativas e avaliar resultados;

g – criatividade, iniciativa, uso da intuição e do raciocínio lógico;

h – auto estima, motivação e capacidade de assumir responsabilidades; e

i – capacidade de negociar e contra-argumento, espírito de colaboração.”

(Café et alii, 1994:10. Grifos meus)

Esta linha de raciocínio expressa uma concepção que vem sendo difundida tanto por profissionais da educação, quanto por empresários. Entretanto, acreditamos que a relação entre a qualificação do trabalhador pela escola e a demanda do setor produtivo necessita ser investigada com maior rigor.

Temos como pressuposto que a propagada relação entre as exigências da produção de um novo perfil do trabalhador e as necessidades do sistema produtivo mascara os reais interesses que sustentam essa relação. Esse pressuposto tem como base as seguintes premissas:

1. O empresariado exige a escolaridade como requisito básico para admissão dos trabalhadores nas empresas. Exige-se ainda que a escola forme

indivíduos com capacidade de usar sua “a contra-argumentação, criatividade, iniciativa, intuição e raciocínio lógico”. Entretanto, é possível identificar aqui um complexo paradoxo no interior no discurso disseminado pelo empresariado atual e assimilado por parcela dos educadores, pois exigem que o trabalhador seja um “talento dinâmico e pró-ativo” mas, contraditoriamente cria mecanismos para a produção do sujeito dócil. Esse processo consolida o que Foucault denominou de “Anatomia Política”¹, ou seja, a imposição do poder sobre o corpo dos outros, para a produção da utilidade em termos econômicos, que no atual contexto caracteriza-se por produtividade, bem como a docilidade em termos políticos pela imposição da obediência.

2. Embora os apologistas da política neoliberal argumentem que o trabalhador dos tempos atuais tem que se modernizar no sentido comportamental, cognitivo e plástico, um exame cuidadoso dos requisitos exigidos pelos Departamentos de Recursos Humanos das empresas poderá indicar que as habilidades requeridas do trabalhador não coadunam com as reais necessidades do processo de trabalho, como ilustra a seguinte situação:

“O Mc Donald’s (...) exige o 2º grau da garotada que contrata. É impressionante. Até para fritar batata já é necessário passar pelo colegial, pelo menos. A empresa explica porque faz a exigência. Uma loja do Mc Donald’s pode ser vista como uma fábrica de lanches, já que serve até 30.000 refeições por dia. (...). Os jovens são treinados em todas as tarefas, como fritar batata e hambúrguer, ficar no caixa ou no Drive-thru. Eles tem de fazer os lanches numa velocidade tal que o sanduíche não fique mais de dez minutos esfriando, mas também não podem deixar o cliente esperando no caixa. No Mc Donald’s uma operação depende da outra e é preciso entender essa sincronização, do contrário tudo dá errado. ‘Um jovem que está no 2º grau é mais capaz de perceber como deve ser o funcionamento da loja’ diz Rosa Paulino, diretora de Recursos Humanos da Rede. ‘Além disso, ele se comunica melhor com o cliente do que outro que só tem o curso primário’. Essa mudança está ocorrendo em toda a parte. (Revista Veja, 4 Dez. 1996).

Não queremos defender a desescolarização, mas é superficial a argumentação da Diretora de Recursos Humanos de um dos símbolos do Capitalismo moderno – o McDonald’s, ao afirmar a necessidade do 2º grau para fritar batata ou hambúrguer. Essa posição vislumbra tão somente perspectivas

¹ A esse respeito ver FOUCAULT, Michel. P. 127-128

eficazes de produção de mais-valia ao exigirem velocidade e sincronia devido a quantidade da produção do sanduíche. A partir do momento que exige-se esta velocidade e flexibilidade, certamente é porque o número de funcionários é insuficiente para cobrir a demanda e o lucro é extraído exatamente daqueles que estão “atrás do balcão” produzindo o mais-trabalho. Assim, sofisticam-se demais as exigências do papel da escola para desenvolver habilidades e cognições mesmo que as funções sejam fritar batatas ou carregar bandejas, por exemplo. Ora, parece possível afirmar, pelo menos nesta situação exposta, que o que de fato está sendo exigido da escolarização é que ela seja capaz de proporcionar uma maior destreza nas atividades mais do que o desenvolvimento de habilidades cognitivas propriamente ditas.

Acreditamos que esta tem sido uma das manifestações da mcdonaldização da escola no sentido que Gentili lhe atribui: “o que unifica os Mc Donalds e a utopia educacional dos homens de negócios é que, em ambos *a mercadoria oferecida deve ser produzida de forma rápida e de acordo com certas e rigorosas normas de controle da eficiência e da produtividade*” (1996:50. Grifos meus). Embora propague-se um ensino de qualidade para todos, a realidade mostra que há uma segregação no “mercado educacional”. A tão propagada qualidade do ensino é garantida aos descendentes dos “velhos clientes” das gerações passadas, que continuam tendo seu lugar garantido no mercado de trabalho, enquanto que aos novos “consumidores” do “produto educacional” cabe-lhes a tarefa de “fritar batatas”, enquanto seu diploma secundário (quicá de graduação) amarele, juntamente com o aprendizado, num canto qualquer da gaveta.

Na verdade, se não adotarmos uma perspectiva relacional de crítica às novas configurações postas a educação escolar, tendemos a incorporar uma naturalização dessa situação, afinal é sinônimo de progresso e modernidade a escolarização, mesmo que para isso consolide-se um programa de criação de turmas e escolas aceleradas com um programa intensivo, um currículo mínimo e uma promoção automática de séries:

(...) “O programa de escolas e turmas aceleradas é similar a um projeto desenvolvido pelo professor Levin, da Universidade de Stanford, da Califórnia, nos anos 60, e que era direcionados para os “estudantes de risco”, das minorias econômicas, étnicas, sociais e jovens envolvidos com drogas e com riscos de delinquência, cujo rendimento escolar vai se distanciando, a cada ano, do rendimento do aluno médio; se lá o problema é das minorias, aqui é da maioria da população escolar”. (Assessora da Sub-Secretaria de Desenvolvimento da Secretaria de Educação. Entrevista In: Oliveira, 1997: 97)

São os *fast foods* educacionais onde o produto educacional é produzido de forma rápida para responder aos sinais do mercado da moderna sociedade pós-industrial.

Nesta direção, há que se pensar a supremacia do mercado no capitalismo atual, pois este é apresentado como álibi para justificar qualquer comportamento de pessoas ou empresas. Esta idéia é veiculada sobretudo pela mídia através dos jornais, revistas, televisão, publicidade etc. Como podemos depreender da afirmação que se segue:

“O mercado de trabalho não é mais o mesmo, esse é o fenômeno (...) competição é o mandamento principal desse processo. O mais ágil engole o mais lento e não há muito o que se possa fazer a não ser exercitar a musculatura para a briga. Muita gente ainda não sentiu o soco da mudança, mas pode recebê-lo a qualquer momento. Para não beijar a lona, é preciso entender o que está acontecendo”. (Revista Veja, 4. Dez. 1996.).

Além desse aspecto por nós abordado, o processo de Mcdonaldização da escola se concretiza em diferentes e articulados planos que sumariamente podemos depreender da análise de Gentilli (1996):

- As instituições educacionais tendem a ser pensadas e reestruturadas sob o modelo de certos padrões produtivistas e empresariais;
- A educação escolar é transferida da esfera dos direitos sociais à esfera do mercado. Assim, a ausência de mecanismos de regulação mercantil que configurem as bases de um mercado escolar explica a crise de produtividade;
- As instituições escolares devem funcionar como pequenas empresas produtoras de serviços educacionais.

3. Um outro aspecto que merece ser analisado é que devido a complexidade do avanço da ciência e da tecnologia, além de inovações de caráter gestorial, há hoje componentes como a microeletrônica, a robótica e a automação que produzem um perfil diferenciado do Padrão Taylorista e Fordista. Assim, mais uma vez requer-se da escola a responsabilidade pela formação de um trabalhador com conhecimentos científicos e técnicos para atuar nesta nova realidade.

“Há cerca de seis anos – época em que começou a abertura da economia – poucas empresas recusavam um operário só por que ele não tinha o 2º grau completo. Isso mudou. Na Alcoa de Recife, produtora de latas de alumínio, não entra gente com menos de 11 anos de escola. Para ser operário ressaltou-se, os trabalhadores da Alcoa lidam com

uma máquina cara, que produz fibra de alumínio da espessura de um fio de cabelo. Mexem em comandos computadorizados de grande delicadeza. A cada dez horas de trabalho, passam uma em sessões de treinamento. 'Não podemos deixar uma máquina com essa sofisticação na mão de trabalhadores despreparados' observa Alexandre da Costa Carvalho, Diretor empresa."(Idem, 119).

Embora não possamos ignorar as mudanças ocorridas no atual contexto, faz-se necessário algumas objeções quanto a perspectiva de pensar um nexos imediato entre a escola e a produção.

Uma primeira objeção, que não é a principal, diz respeito a tese da necessidade de a escola produzir um novo trabalhador devido ao fato que *todo o setor produtivo*, comercial e de serviços foram modificados e exigem trabalhadores com um novo perfil, pois,

"Há [uma] outra parcela do território econômico que ainda funciona de acordo com os padrões do passado. É formada por cerca de 4 milhões de pequenas empresas e micro empresas e pela outra metade de companhias comandadas por famílias. Alojamos nelas 33 milhões de trabalhadores, que ganham menos de dois salários mínimos"... (idem, 121).

Além desses 33 milhões de trabalhadores mencionados acima, ainda temos que incluir o setor da economia informal que absorve uma quantidade enorme de trabalhadores.

Silva ao abordar a questão das novas tecnologias e sua relação com a Educação reporta-se a algumas pesquisas que demonstram que é limitada a extensão da introdução de novas tecnologias e das formas de organização do trabalho:

(...) "encontram-se no parque industrial brasileiro, empresas muito avançadas em termos de implantação dos novos métodos para Q & P [Qualidade e Produtividade], ao lado de uma imensa maioria que não iniciou seus esforços nessa direção". (Fleury e Humphrey In: Silva, 1996:34)

Além desse aspecto, outra pesquisa – apontada por Silva – que investigou a introdução das novas tecnologias na indústria automobilística brasileira – “supostamente uma das mais adiantadas em termos de automação”- (Silva, 1996:34) concluíram que “com a introdução da tecnologia, a organização

do trabalho fordista não foi posta de lado, mas reforçada nas fábricas estudadas". (Carvalho e Schmitz in: Silva, 1996:34).

Uma segunda objeção, e essa em nosso entender é a principal, diz respeito a associação pragmática e mecanicista comumente difundida na relação entre Escola e Produção. O que está subjacente a essa relação é o interesse do empresariado em suprimir a oposição entre capital e trabalho por uma relação de cooperação e parceria entre patrão e empregado. Esse processo tende a se desenvolver através de estratégias provocadas também pelo estreitamento da relação entre empresa e escola. Tal perspectiva concebe a educação escolar por uma dimensão técnica, acritica e passiva perante a lógica de funcionamento do sistema econômico e político. A lógica do mercado passa a regular as dimensões econômica, social e cultural. A nova narrativa traz a linguagem mercadológica para todos os setores e aqueles que não "falam a mesma língua" são considerados anacrônicos e retrógrados.

4. A produção do saber adquire uma dimensão utilitarista de aplicabilidade no processo de trabalho. Sob tal perspectiva o que se torna realmente importante é como promover estratégias para que o trabalho educativo se torne mais racional, mais produtivo, fazendo com que os investimentos feitos na educação alcancem resultados mais satisfatórios e mais rápidos.

"Nem máquinas, nem tecnologia funcionam bem com braços – na verdade, cérebros – mal preparados. Educação, percebe-se agora é o grande gargalo da economia. 'A educação passou a ser um fator decisivo para o desenvolvimento. Qualquer grande empresa analisa em detalhes indicadores de educação de um local antes de fazer investimento' (...) (...) crescer significa modernizar a produção. Sem melhorar a educação do povo, impossível". (Veja, 6 Dez 1996:122)

A partir destas afirmações é possível identificar no discurso tanto da mídia quanto dos órgãos oficiais de ensino uma concepção de educação escolar tendo como suporte a tão propalada Teoria do Capital Humano² da década de 60. Tal teoria foi disseminada na realidade brasileira pelos governos militares e obtém novos contornos no contexto dos anos 90.

² "O conceito de capital humano – ou mais extensivamente, de recursos humanos – busca traduzir o montante de investimento que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no 'fator humano' passa a significar um dos determinantes básicos para aumento de produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se no fator de explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, consequentemente de mobilidade social". (Frigoto, 1986:41)

“Investir na melhoria da qualidade da educação pública tem sido prioridade para o Estado. E isso por um motivo bastante fácil de ser entendido: a educação pública que se materializa na formação de recursos humanos é o único caminho duradouro para garantir a melhoria da produtividade que melhoraria também os salários e a distribuição de rendas no país”. (Minas aponta o caminho, 1993:16).

Neste contexto, o caráter estratégico da educação assumiu um papel relevante tornando-se alvo de preocupação dos empresários enquanto veículo de preparação do trabalhador para atuar nesta nova realidade e conseqüentemente como fator de desenvolvimento econômico.

Uma forma de viabilizar esse papel estratégico da educação escolar é atacar a “improdutividade” da escola decorrente de uma gestão ineficaz devido a incompetência de gerenciar dos profissionais da educação. Assim, a crise da educação é reduzida a uma ineficiência da gestão (...) sendo assim “transformar a escola supõe um enorme desafio gerencial: promover uma mudança cultural, não menos profunda, nas estratégias de gestão (agora guiados pelos novos conceitos de qualidade total); reformular o perfil do professor, requalificando-o, implementar uma ampla reforma curricular”. (Gentilli, 1996:19).

Nesta perspectiva, o presidente da FIESP afirma que (...) “um modo de resolver os problemas escolares é levar a diretora e outros funcionários da escola para uma temporada nas fábricas, onde terão contato com pessoal especializado e terão a chance aprender a gerir a escola como se fosse uma pequena empresa”. (In: Oliveira, 1997:134)

Depreende-se pois que o gerenciamento é o elemento primordial no atual contexto mundial quando a tecnocracia e a racionalidade instrumental assumem o nível do fetiche. A reestruturação da esfera produtiva exige como nunca uma precisão na atuação dos gestores e esse fator impõe novas práticas também para a educação escolar. Assim, a análise da prática desta classe torna-se fundamental para uma melhor compreensão do movimento do capital e dos novos contornos hoje delineados no interior da escola quando dissemina-se a tese que a crise da educação é uma ineficiência da gestão. Como decorrência dessa tese, os gestores assumem um relevante papel em todos os setores tanto do setor produtivo quanto das instituições sociais como a escola. As formulações de João Bernardo trazem importantes contribuições para uma interlocução nesta discussão.

A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DA CLASSE DOS GESTORES SEGUNDO A ÓTICA DE JOÃO BERNARDO

Para uma melhor compreensão da atuação dos gestores e a gênese desta classe recorreremos à análise feita por Bruno das matrizes teóricas de autores que antecederam Bernardo para demarcar a prática dos gestores.

A autora situa Mikail Bakunin como uma das primeiras referências a tecer críticas aos gestores. Bakunin criticando a tese de Marx e Engels da ditadura do proletariado no “Manifesto Comunista” afirma que “essa ditadura do proletariado levaria ao poder não a classe operária, mas uma minoria ilustrada que governaria em seu nome”. O chamado “Estado Popular” constituiria um governo que não se “contentaria apenas em administrar politicamente as massas, pois concentraria em suas mãos todo o controle e a gestão da produção, a distribuição das riquezas, a cultura da terra”. (1986:117). Segundo ela, Marx reconheceu anos mais tarde como ultrapassada a tese da ditadura do proletariado pelos acontecimentos da Comuna de Paris em 1871, “quando o operariado parisiense destruiu o Estado, criando simultaneamente novas instituições sociais, em que os representantes eram eleitos diretamente e revogáveis a qualquer momento, inexistindo qualquer tipo de privilégio para cargos de representação” (idem, 118).

Em 1900, Jan Walac Makhaiski, publica uma obra em que criticava a social-democracia alemã e os bolcheviques por reduzirem a luta operária à constituição do Socialismo de Estado, que distribuía a renda nacional entre os membros de uma nova classe formada pelos ‘trabalhadores intelectuais’. Este autor estabelece relação entre as concepções políticas da social-democracia e do bolchevismo com a classe gestorial dizendo que o “capitalismo condena milhares de indivíduos ao trabalho manual e promove o culto de uma minoria dotada de ‘grande talento’ a quem os burgueses passaram a tarefa de organizar o trabalho dos operários convertendo-se em meros rentistas”(idem, 118).

Bruno identifica no discurso de precursores do socialismo, como Lênin e Trotsky, a incorporação de princípios capitalistas no que tange a questão da gestão. Segundo ela, Lênin, no texto, “As tarefas imediatas do poder bolchevique” (1918), faz a defesa do Taylorismo e entre as medidas anunciadas constava a “introdução de um sistema de fichas onde se registrava a produtividade de cada operário, a introdução de regulamentos de fábrica em cada empresa, o estabelecimento de uma quota de produção para cada operário e o pagamento de prêmios por produtividade”. (119). Na mesma linha de raciocínio Trotsky, proclamava no IX Congresso do partido em 1920 que não se pode deixar a classe trabalhadora a vagabundear através da Rússia. (...) “devem ser colocados aqui e ali ordenados, comandados, exatamente como soldados. (...) O trabalho

obrigatório atingirá o seu zênite durante a transição do capitalismo para o socialismo. (...) Os desertores do trabalho devem ser reunidos em batalhões punitivos ou postos em campos de concentração". (In: Bruno, 1986:119).

A autora remete-se ainda a obra de Anton Ciliga, "Dez anos por traz da cortina de ferro", onde discute-se que o modo pelo qual Lênin havia organizado a indústria "recuperando-a do proletariado e colocando-a inteiramente nas mãos da burocracia, havia determinado a derrota da revolução proletária" (1986:121). Neste trabalho, Bruno discorre sobre a situação de vários países da Europa e da URSS enfocando a concepção de autores marxistas ou de inspiração marxista que participaram de organizações políticas de cunho social-democrata e/ou leninista onde convergiam com os gestores. A importância deste estudo se deve ao fato de revelar como os operários se antagonizam com os gestores, representantes do Estado na relação capital-trabalho, e que mesmo em outro sistema de governo, que não o capitalismo, os gestores atuam como o suporte do poder do Estado para o controle da economia.

Recorrer ao pensamento de João Bernardo enquanto um marxista heterodoxo contemporâneo, é de suma importância para a elucidação das particularidades da lógica do capitalismo no mundo atual.

Temos em Marx a referência originária da relação capital-trabalho e suas conseqüências no processo de extorsão de mais-valia, em um contexto social, político e econômico específico do século XVIII. Assim, as análises feitas do processo capitalista no seu contexto, são referências inequivocamente importantes, mas não são suficientes para explicar as mudanças ocorridas na atual organização do mundo capitalista. Pode-se constatar essa afirmação ao acompanharmos o percurso feito por João Bernardo, em suas obras, especificamente nos textos de "Capital, sindicatos e gestores".

Na referida obra o autor teoriza sobre a classe dos gestores situando-a enquanto classe capitalista e como a economia de Estado gestou a classe dos gestores e a importância desta para a dinâmica do capital - objeto de análise deste trabalho - . Partindo destes pressupostos Bernardo formula, dentre outras, a seguinte indagação: "A substituição da propriedade individual e particular por uma forma de propriedade coletiva a uma instituição seja esta o Estado, o exército, um sindicato, exige desde logo que perguntemos: quem controla e gere tal instituição? É esta a questão crucial para saber se dadas as modificações eliminam o capitalismo ou o reproduzem" (1985:16).

O autor afirma que na realidade capitalista dos finais do século dezoito e início do dezenove as "empresas estavam no processo de produção relativamente isoladas umas das outras, também prevalecia entre os capitalistas de cada uma delas um relativo isolamento mútuo" (1987: 10). Bernardo caracteriza esta fase como sendo marcada pela apropriação particularizada do capital através do

predomínio da burguesia. Isso decorre do fato de o processo global de produção não estar ainda suficientemente integrado. Entretanto, “a partir do momento em que a integração começou a prevalecer sobre o caráter particularizado de cada unidade produtiva, a burguesia declinou e os gestores afirmaram-se como a mais importante classe capitalista” (idem: 10). A explicitação da gênese e papel da classe dos gestores, torna-se imprescindível para compreendermos a dinâmica e a lógica do capital em suas manifestações, segundo o processo histórico de cada contexto social.

De acordo com Bernardo, “A propriedade não se restringe hoje ao âmbito de empresas isoladas, passa pelo processo de produção enquanto totalidade, por isso a sua forma é coletiva ao conjunto dos capitalistas e não particularizada por cada um. É na medida em que um gestor participa na organização do processo global de produção que ele é um dos proprietários coletivos do capital” (idem: 12). Com efeito, parece-nos possível afirmar que o surgimento dos gestores está associado a complexificação do processo de trabalho, na medida em que a propriedade capitalista deixou de ser particularizada e administrada pelo próprio capitalista passando a ser mais globalizada e administrada pelos gestores.

Assim, embora os gestores não sejam proprietários dos meios de produção eles administram o trabalho realizado pela classe trabalhadora submetendo-a à disciplina do capital e participam da propriedade como se esta fosse suas, pois, “os mecanismos desse controle constituem a gestão capitalista do processo de trabalho e, por isso, quem participa da gestão, participa do capital - o que é o mesmo que dizer que é um dos proprietários do capital” (1987:14).

Obviamente ao falarmos de controle e disciplinarização de trabalhadores pelos capitalistas, sejam eles proprietários ou gestores da produção, estamos reportando aos mecanismos criados no setor produtivo para extorsão da mais-valia dos trabalhadores. Esta, talvez, seja a grande razão da existência da classe dos gestores, ou seja, a exploração, como podemos depreender das afirmações de Bernardo:

“A estrutura do modelo da mais-valia é a de uma relação social, entendida como movimento de tensão entre dois pólos. Num extremo, temos a submissão da força de trabalho ao capital: o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é a formação e a reprodução desta força de trabalho, mediante o consumo de bens materiais e serviços permitidos pelo montante de remuneração recebida. (...). No outro extremo, temos a apropriação pelo capital do produto do processo de produção: o produto em que a força de trabalho incorpora tempo de trabalho é-lhe socialmente alheio, pertence ao capital, que começa

por assalariá-la; e o assalariamento surge assim como a possibilidade de reproduzir o modelo, permitindo à força de trabalho consumir algo do que produziu para poder produzir de novo". (Bernardo, 1991:16).

O papel dos gestores é, portanto, o de assegurar a expansão do capital por meio do controle sobre as forças produtivas, principalmente através da produção da mais-valia. Neste sentido, é elucidativa a concepção de Taylor sobre o gerenciamento como fator que assegura a produtividade:

"(...) Disse-lhes então: se vocês receiam que vou tirar maior produção destes tornos, vou sim; proponho-me a aumentar a produção. E disse: vocês devem lembrar que estive com vocês como companheiros e que trabalhei como vocês. mas agora aceitei a função de gerência nesta companhia, e estou do outro lado. Vou dizer-lhes francamente que pretendo obter uma maior produção de tornos". (Taylor in: Braverman: 1981:88).

Essa afirmação de Taylor evidencia que o enfoque precipuo da atuação dos gestores é o de assegurar resultados a serem obtidos pela força de trabalho através da extração brutal da mais-valia. Taylor ao afirmar que "aceitou a função de gerência e está do outro lado", nos permite compreender que os gestores embora não sejam proprietários dos meios de produção, pensam e agem como se assim o fossem. Ora, quando este saiu da posição de operário e passou a gerir o trabalho dos operários, ficou "do outro lado", ou seja, do lado do capitalista, negando sua identidade de operário.

Desta forma se configura o antagonismo da classe dos gestores e a classe trabalhadora pois "a partir do momento em que são os gestores que comandam incontestavelmente o capitalismo, é o antagonismo entre eles e a classe operária que passa para o primeiro plano. Para a classe operária, é capitalista não só quem detém títulos da propriedade imediata de capital, mas também quem gere o capital. (Bernardo, 1985:11).

O texto que se segue ilustra a relação entre gestor e trabalhador:

"- Agora olhe, olhe. Você sabe tanto quanto eu que um homem valioso tem que fazer aquilo que lhe mandam de manhã até a noite. Você viu esse homem aqui em frente não viu?

- Não eu nunca o vi.

- Bem, se você é um homem valioso, você fará exatamente o que esse homem lhe disser amanhã de manhã à noite. Quando lhe disser para apanhar uma pilha e andar, você apanha e anda, e quando ele lhe disser

para sentar-se e descansar, você se senta. Você faz aquilo certo o dia todo. E o Que é mais, nada de parolagem. Agora um homem valioso faz exatamente o que lhe mandam fazer, e nada de conversa, entende? (...) agora você volta para o trabalho amanhã de manhã e eu lhe direi se você é um homem valioso ou não. (Taylor in: Braverman, 1981:97 e 98).

A prática dos gestores revela-se neste trecho como uma relação predominantemente marcada pela dicotomização entre o trabalho manual e trabalho intelectual que corresponde a um dos princípios da gerência científica formulado por Taylor: "todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento ou projeto". (idem: 103). Além disso, pode-se depreender também que o local de trabalho torna-se um local privilegiado de produção do sofrimento onde a produtividade e a lucratividade anula a identidade do homem como sujeito sob a intervenção dos gestores.

Nesta direção não são apenas os proprietários dos meios de produção que se apresenta como capitalistas mas também seus gestores e intelectuais, como postula Makhiski:

"Enquanto o operário vende suas mãos nuas, sua força psíquica da qual a natureza o dotou (...) o intelectual... emprega no mercado os conhecimentos que adquiriu graças ao trabalho dos operários, assim como deles adquiriu o capitalista sua fábrica; pois enquanto ele estudava na universidade ou viajava para praticar no 'exterior', os operários debatiam na fábrica, produzindo os meios para aquele ensino e formação em 'favor da humanidade'. O intelectual vende ao capital sua habilidade para extrair o melhor possível o suor e o sangue dos operários"(In: Bruno:117)

A relação estabelecida entre gestor e trabalhador é marcada pela exploração e submissão revelando que estes compõem uma relação polarizada de classes opostas. Segundo João Bernardo existem duas classes capitalistas: a classe burguesa e a classe gestorial. "A classe burguesa e a classe dos gestores distinguem-se: a) pelas funções que desempenham no modo de produção e, por conseguinte; b) pelas superestruturas jurídicas e ideológicas que lhes correspondem; c) pelas suas diferentes origens históricas e d) pelos seus diferentes desenvolvimentos históricos". (1991:203).

Embora essas duas classes não estejam situadas em polos antagônicos, elas manifestam peculiaridades que tornam-se importantes evidenciar para uma melhor compreensão da dinâmica do capital. Como foi afirmado anteriormente, baseando-se em Bernardo, a ação dos burgueses é

processo não é particularizado em cada unidade produtiva, mas se desenvolve em cadeia e de forma globalizada. E é por isso que o capitalismo constitui uma unidade em movimento e não se restringe ao âmbito das empresas isoladas. Pois se o capitalista ficar em sua "redoma" para os empreendimentos, investimentos e tecnologias adotadas pelo seu concorrente, como poderá aumentar seu lucro através da produção da mais-valia relativa? noutras palavras, como poderá reduzir o tempo de trabalho de fabricação dos produtos para garantir seu lucro? É por isso que a totalidade do capital funciona em cadeia. A esse fenômeno Bernardo denomina *Condições Gerais de Produção* (CGP). Para ele, cada unidade produtiva, depende das outras unidades produtivas, inseridas nas CGP para favorecer o desenvolvimento geral da produtividade. Bernardo define os tipos das condições gerais de produção da seguinte forma:

a) *Condições gerais da produção e da reprodução da força de trabalho:*

Inclui aqui as creches, os estabelecimentos de ensino destinados à formação das novas gerações de trabalhadores. Tem uma importância especial as infra-estruturas e os hospitais. E como o meio social em geral, nomeadamente o quadro urbano, é decisivo para a formação da força de trabalho, aqui se insere o urbanismo em sentido muito lato.

b) *Condições gerais da realização social de exploração:*

Inclui as condições para que o trabalho ocorra enquanto processo de produção da mais-valia, isto é, para que os trabalhadores sejam despossuídos da possibilidade de produzir e formar independentemente a força de trabalho e sejam despossuídos do produto criado, sendo, portanto, afastados da organização do processo de trabalho. Para que esse complexo resultado se assegure, as duas condições mais amplas são o urbanismo e as instituições repressivas.

c) *Condições gerais da operatividade do processo de trabalho:*

São as condições para que o processo de trabalho, definido como processo de exploração, possa ocorrer materialmente. A exploração requer meios tecnológicos que, ao mesmo tempo que realizam o afastamento dos trabalhadores relativamente à administração da produção, põe à disposição dos capitalistas as formas de efetivarem esta administração. Aqui inclui fundamentalmente dois tipos de condições: em primeiro lugar os centros de investigação e de pesquisa tanto teórica quanto aplicada mediante os quais os capitalistas realizam e reproduzem o seu controle sobre a tecnologia empregue, dela excluindo os trabalhadores. Em segundo lugar as várias formas de captação, veiculação e armazenamento de informações que conferem aos capitalistas o controle dos mecanismos de decisão e permite-lhes impor a força de trabalho os limites estritos em que pode expressar opiniões ou tomar decisões relativamente aos processos de fabrico.

d) *Condições gerais de operatividade das unidades de produção:*

Aqui inclui a generalidade das denominadas infra-estruturas nomeadamente as redes de produção e distribuição de energia; as redes de comunicação e transporte; os sistemas de canalização para fornecimento de água e para escoamento de detritos e, em geral, de recolha do lixo; a criação, preparação ou condicionamento dos espaços ou suportes físicos, ou do ambiente, onde se instalam processos de produção.

e) *Condições gerais de operatividade do mercado:*

Diz respeito aos sistemas de veiculação, cruzamento e comparação de informações que permitem o estabelecimento de relações entre produtores e consumidores. São incluídos também as redes de transportes; e, para que todos os produtos cujo consumo não for imediato, as necessárias instalações de armazenagem pode considerar-se decorrente deste tipo de de CGP, desde que, como freqüentemente sucede, sejam comuns aos *output* de várias cadeias de produção.

f) *Condições sociais de realização social do mercado:*

Se refere ao carácter genérico da publicidade, pelo qual ela não constitui apenas um estilo ao consumo de dados, bens específicos produzidos por determinadas empresas, mas sobretudo, condiciona e promove um certo estilo de vida, a aquisição de um certo leque de bens ou até o consumo em geral.

Depreende-se pois, desta teorização de Bernardo que as Condições Gerais de Produção constitui a base e o canal das inter-relações de cada unidade econômica de produção para sua inserção na “teia” do funcionamento integrado do capital. Desta forma,

“Se cada proprietário fosse tecnologicamente independente como ocorreu em outros modos de produção que antecederam o capitalismo, ele poderia constituir uma unidade exploradora passível de ser isolada. No entanto, no capitalismo, a integração tecnológica das unidades econômicas faz com que o capitalismo particular não tenha em suas mãos a organização da produção e da distribuição da mais-valia, porque esta é produzida globalmente, na relação global da totalidade do proletariado e a totalidade dos burgueses e gestores” (Bruno, 1986:133).

É no bojo desta integração coletiva da CGP que os gestores atuam e fortalecem como classe, levando-nos a compreender a “linha divisória” com a outra classe capitalista, - os burgueses - e ao mesmo tempo, como se enquadram nesta mesma classe. A burguesia está voltada para sua unidade particularizada de produção enquanto os gestores estão voltados para os aspectos integrados destas unidades, embora possam atuar também em uma unidade produtiva estão voltados para a dimensão macro, *“pois só a dimensão crescente das unidades*

produtivas unificando o campo de existência dos gestores lhes permitiu passarem a comportar-se como uma classe unificada e, ao mesmo tempo, levá-las progressivamente a romper a interior ambigüidade e afirmarem-se cada vez mais como uma classe globalmente em luta contra a classe proletária.”(Bernardo, 1985:92).

Na obra de Bernardo, o Estado tem um papel de destaque enquanto mediador e gestor das Condições Gerais de Produção e conseqüentemente para a produção do capital. Para ele o Estado

“não é uma instituição oca, tampouco as CGP funciona automaticamente. O seu funcionamento exige um corpo de gestores econômicos e tecnológicos e o seu relacionamento com os capitalistas particulares exige um corpo de gestores administrativos, uma burocracia. Do mesmo modo, as Condições Gerais de Produção exigem um relacionamento entre aquela relação mútua e os capitalistas particulares; tudo isso requer um corpo de gestores administrativos vasto e complexo, e o conjunto de todos esses gestores nos seus variados níveis e setores será tanto maior, mais coeso e socialmente mais forte quanto mais desenvolvidas forem as condições gerais de produção. (1977:220).

O autor distingue duas configurações do Estado: Estado Restrito e Estado Amplo. Na sua concepção o Estado Restrito imprime as funções designadas pelos poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário e tem seu campo de ação demarcado no processo particularizado da economia. *“O Estado R foi a instituição necessária à articulação das unidades econômicas nas épocas em que era considerável o seu grau de particularização e de isolamento recíproco. Assim, quanto mais fragmentado fosse o funcionamento das unidades econômicas, tanto mais importantes eram as atribuições do Estado R”.* (Bernardo, 1985:92).

Quanto ao estado A, o autor o define da seguinte forma:

“O Estado A é constituído pelos mecanismos da produção de mais-valia, ou seja, por aqueles processos que asseguram aos capitalistas a reprodução da exploração (...)”

“Enquanto que as operações do Estado R estão sempre a cargo de gestores, as do Estado A podem estar a cargo de gestores e de burgueses. Porém, com a crescente integração econômica e a unificação da classe gestorial torna-se cada vez maior o papel dos gestores no Estado A”. (1992:162).

Para Bernardo, o Estado Amplo e o Estado Restrito se inter-relacionam no processo econômico global para a produção da mais-valia, desenvolvendo-se aí a classe dos gestores. Assim, o Estado tem um papel determinante na exploração da classe trabalhadora. Depreende-se pois, que os gestores são os agentes principais desta exploração. São eles que detêm o poder de planejar e controlar tanto as unidades produtivas quanto as Condições Gerais de Produção, pois a esfera de atuação e instrumentos dos gestores são os conhecimentos que detêm sobre os processos organizacionais.

Nesta perspectiva, o capital é entendido como uma relação social, em que assume particular importância o problema do controle exercido sobre os meios de produção e da gestão dos processos econômicos, havendo uma simbiose entre o político e o econômico. Assim, "o capital não é um bem material, nem símbolo monetário mas fundamentalmente, uma relação social. Conseguir enquadrar a força de trabalho num sistema em que se lhe extorque mais-valia, conseguir controlá-la durante este processo de produção - é isso o capital". (Bernardo, 1985: 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o capital como uma relação social que envolve as *Condições Gerais de Produção*, enquanto elemento catalisador do processo econômico, podemos localizar a instituição escolar dentro *das Condições Gerais de Produção e Reprodução da Força de trabalho*. A nova dinâmica concorrencial impõe um aprimoramento das formas de gestão como fator que garantirá a excelência do produto na guerra intercapitalista. Para os capitalistas este fato implica uma maior qualificação do trabalhador para atuar nesta dinâmica, assim, tanto o "Estado Restrito" quanto o "Estado Amplo" têm atribuído à escola a função de preparar o trabalhador para atuar nos "novos ciclos da mais-valia relativa".

Nesta direção, gestores do "Estado Amplo" afirmam que as habilidades exigidas pelo período pós-fordista são completamente diferentes das habilidades exigidas pelo novo contexto globalizado. Ou seja, a escola que concentra as "*Condições Gerais de Produção e Reprodução da Força de Trabalho*" terá que se reorganizar para preparar o trabalhador para satisfazer as exigências da demanda do setor produtivo.

Essas exigências expressam alguns dos impasses que se apresentam no atual contexto aos trabalhadores e à escola. O que se percebe é uma situação de crise e conflito entre o proposto pelos gestores no processo mais amplo de reordenação do sistema produtivo, a mediação do "Estado Restrito" e a atuação

dos trabalhadores neste processo. Tais exigências impostas para a formação de um novo trabalhador traduz uma nova forma de assegurar o velho objetivo dos burgueses e gestores, qual seja, garantir a eficiência e a racionalidade da organização para aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a expansão do capital.

Diante desse quadro, as questões aqui abordadas suscitam alguns problemas que apontam para outras investigações:

Como produzir um sujeito, no interior da escola, com capacidade de usar sua "criatividade, intuição, raciocínio lógico" sem a capacidade de "contra-argumentação" da lógica desse sistema que ciclicamente cria inúmeros mecanismos para aperfeiçoar sua exploração através da extorsão da mais-valia?

Como se dá o processo de intervenção do setor produtivo privado, por meio de seus gestores, na gestão da escola pública?

Como a atual dinâmica do capital tem produzido um novo perfil de trabalhador no interior do setor produtivo e quais os impactos dessa reestruturação para a esfera escolar?

Como os agentes da escola pensam e como se "organizam" frente aos novos desafios do mundo do trabalho?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDO, João. *A autonomia das lutas operárias*. In: BRUNO, Lúcia & SACCARDO, Cleusa (coords). *Organização, trabalho e tecnologia*. São Paulo, Atlas, 1986. p. 103-114.

_____. *Capital, sindicato e gestores*. São Paulo, Vértice, Revista dos tribunais, 1987. 119p. (Biblioteca do futuro, 6).

_____. *Depois do Marxismo, o dilúvio? Educação e sociedade*, Campinas, n.43, p. 85-105, 1985.

_____. *Marx crítico de Marx*. Porto, Afrontamento, 1977. 2v.

_____. *Para uma teoria do modo de produção comunista*. porto: Afrontamento, 1975, 328p.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 379p.

BRUNO, L. E. N. B. *Gestores: a prática de uma classe no vácuo de uma teoria*. In: _____, SACCARDO, Cleusa (Coords.). *Organização, trabalho e tecnologia*. São Paulo: Atlas, 1986. p. 115-141.

CAFÉ, Sônia et alli. *Educação para a competitividade*. Textos para discussão. Departamento de relações institucionais. BNDES, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FRIGOTO, Gaudêncio. *A Produtividade da Escola Improdutiva; um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 3ed. São Paulo, Cortez, 1989.

GENTILI, Pablo. *A Mcdonaldização do ensino*. In: *A escola básica na virada do século*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUZA, Maria Inez de. *Os empresários e a educação; o IPES e a questão educacional após 1964*. São Paulo: Cortez, 1981.

MINAS GERAIS. *Revista Minas aponta o caminho*. 1994.

OLIVEIRA, Maria A. Monteiro. *Parceria, Qualidade e Redenção: O projeto piloto de implantação do "CQT" em uma Escola Estadual de Belo Horizonte*. UNICAMP, 1997. Campinas: 1997. (Tese de Doutorado).

REVISTA VEJA. 4 Dez. 1996.

SILVA, T.T. *Identidades Terminais*. Petrópolis: Vozes. 1996.